

# P A C



## Relato Fotográfico de Urgências

Laboratório Territorial de Manguinhos – FIOCRUZ

Fevereiro, 2014

# P A C



## Relato Fotográfico de Urgências

Laboratório Territorial de Manguinhos – FIOCRUZ

Fevereiro, 2014

# FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ

## ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA - ENSP

### Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM

[www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br)

### Territórios em Movimento

Página no Facebook

#### Equipe:

Marcelo Firpo (Coordenador do Projeto, ENSP/Fiocruz)

Marize Bastos da Cunha (Coordenadora do Projeto, ENSP/Fiocruz)

Fátima Pivetta (Pesquisadora do Projeto, ENSP/Fiocruz)

Jairo Dias de Freitas (Pesquisador do Projeto, EPSJV/ Fiocruz)

Lenira Zancan (Pesquisadora do Projeto, ENSP/Fiocruz)

#### Equipe de Campo:

Fabiana Melo Sousa (Coordenação da equipe áudio visual)

Anastácia dos Santos (Assistente de campo em Manguinhos)

Alan Brum Pinheiro (Coordenação de campo no Alemão)

Raphael Calazans (Assistente de campo no Alemão)

Arley Macedo (Assistente Equipe Audiovisual na Rocinha)

Camila Perez (Assistente de Campo na Rocinha)

Cleber Araújo (Coordenação de campo na Rocinha)

#### Colaboradores

Darcília Alves

Elenice Barbosa

Geralda da Paz

Gilson Alves

Jorge Castro

**Foto da Capa:** Luiz Baltar (adaptada)

## APRESENTAÇÃO

Este é um relato fotográfico parcial sobre os impactos negativos do PAC sobre a moradia, mobilidade e saneamento observados no trabalho de campo no Parque João Goulart e Vila Turismo, sob responsabilidade do Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM, no âmbito de dois projetos em Manguinhos: Políticas públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da promoção da saúde e da justiça ambiental (Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012); e Saúde, Ambiente e Políticas Públicas: um estudo das experiências de morar no território de Manguinhos (Chamada PAPES VI – FIOCRUZ). Ambos articulados em torno da frente de ação “Territórios em Movimento”.

Este relato foi elaborado dado o caráter de urgência dos problemas e a necessidade de intervenção imediata das autoridades públicas, em especial do Ministério das Cidades e da Coordenação Nacional do PAC, visto serem estes importantes órgãos responsáveis pela formulação e monitoramento do Programa. Cabe informar que este relato será entregue também à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, ao Fórum Social de Manguinhos e outras entidades locais.

A decisão de organizar um relato parcial, independente dos relatórios finais de pesquisa, se justifica ao considerarmos:

1) A necessidade de evitar tragédias como o desabamento de casas, que se encontram com sérias rachaduras; adoecimento e morte por depressão; contaminação com águas de esgotos; quedas de idosos e

crianças nas ruas e becos em meio ao esgoto e aos escombros das obras, dentre outros riscos e vulnerabilidades que as obras do PAC acentuaram ou produziram no interior das comunidades;

2) Nosso dever e responsabilidade, civil e sanitária, enquanto servidores públicos da área da saúde pública, de encaminhar os problemas às autoridades competentes para tomada das medidas cabíveis;

3) Aos nossos princípios éticos e humanitários: não é possível seguir realizando pesquisas e produzindo conhecimento sobre as políticas públicas e ignorar a reincidência dos impactos negativos das obras do PAC na região de Manguinhos, registrados e divulgados desde 2008 pela equipe do LTM e outros pesquisadores e profissionais da Fiocruz, e ficar indiferente e impassível ao se deparar com o desespero das pessoas que estão vivendo sob risco de perder suas casas e de viver em condições desumanas, numa eterna incerteza quanto aos seus destinos, se serão removidas ou não, quando e para onde.

Assim pedimos atenção das autoridades para as situações-problemas que exigem intervenção imediata. No decorrer deste relato iremos apresentar algumas dessas situações, com fotos e informações de moradores, como as remoções e seus impactos, situações de esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo e entulhos e proliferação de vetores, da falta de água e luz, da má qualidade das obras, de alagamentos e continuidade das enchentes, da não informação de moradores que garantam o exercício de direitos básicos.

## REMOÇÕES E CASAS AMEAÇADAS NO PARQUE JOÃO GOULART



Fronteira entre CHP2 e Parque João Goulart: Ruas Isa e São Miguel.

Em março de 2013, alguns moradores, vivendo em condições de risco, afirmam que aguardavam o encaminhamento de aluguel social.

Casas que foram desocupadas para remoções tornam-se depósitos de lixo, com proliferação de vetores como ratos e baratas.

Ameaça de desabamento coloca em risco a vida dos moradores vizinhos ou que têm que transitar pelo local.

As pessoas estão em desespero, falam-nos de seus sofrimentos, das suas casas rachadas. As incertezas e a provisoriedade deixam suas vidas paralisadas, sob o eterno risco de remoção.

Este é o cenário de vida das pessoas que permanecem, isto é, não são removidas.

As fotos menores mostram as rachaduras nas casas.



Ruas Isa e São Miguel. Fronteira entre CHP2 e Parque João Goulart. Março, 2013. Acervo LTM. Foto: Marize Cunha.

## CASA DA JÔ – PARQUE JOÃO GOULART

A casa da Jô, no Beco São Nicolau, após as remoções e o fim da Rua Juvenal, faz esquina com a parte descampada da via férrea. Fica no térreo de um edifício de dois andares.

- Com a remoção da casa contígua, a laje deslizou e está com rachaduras. Segundo a moradora a viga da casa torceu e a estrutura rachou depois que as demolições começaram, mas “o pessoal do PAC” diz que a casa está normal.
- Quando as máquinas estão operando a casa faz movimentos verticais, isto é, sobe e desce.
- Máquinas pesadas operam coladas às paredes das casas: ruído elevado e trepidação das mesmas. Os moradores saem de dentro de casa temendo desabamento. Os lençóis no teto são para evitar que o reboco e a pintura caiam sobre os moradores.
- Enchente: os pertences da casa são todos levantados do piso, pois a água chega à cintura da moradora; na porta da casa sai esgoto da caixa, que está entupida. Claramente vemos que a tubulação está em desnível. As vielas enchem com o retorno de esgoto, não só quando chove, mas quando o rio enche; moradores colocam pedras e entulho para tapar o lodo do chão para que as crianças possam brincar.
- Jô perdeu a unha do dedão do pé após infecção, porque caiu num buraco no beco onde corre esgoto a céu aberto. Com as remoções houve a proliferação de ratos enormes, e apareceram também baratas enormes.
- Falta de luz constante.

Teto da Casa da Jô. 04 de fevereiro, 2013. Acervo LTM. Foto: Marize Cunha.





© Anastácia Santos

Vizinhanças da casa da Jô - esquina com o Beco São Nicolau, ao longo da via férrea, com a Rua Juvenal já totalmente removida: a máquina opera junto às casas, provocando trepidação das mesmas, rachaduras e ruído elevado. 04 de fevereiro de 2014. Acervo LTM.

Foto: Anastácia Santos.

**CASA DESABANDO NA RUA SÃO JOSÉ ESQUINA COM A RUA CAMBUCI. FEVEREIRO, 2014.**



Casa com rachaduras e telhado já caindo. Segundo o tio das crianças, moram quatro crianças e dois adultos. Ele relata que, junto com outros amigos da família, vêm ajudar a manter a casa com escoras para que a mesma não caia.

Com a trepidação das máquinas que estão retirando entulho ao longo da via férrea, paralela à Rua São José, treme o chão da casa e aumenta o risco de queda.

Os moradores informaram que o pessoal do PAC esteve aqui, fotografaram e até agora não fizeram nada. Não voltaram.

04 de fevereiro de 2014. Acervo LTM. Foto: Jorge Castro

## AS REMOÇÕES E SEUS RASTROS DE ABANDONO NO PARQUE JOÃO GOULART E BEIRA RIO.



Parque João Goulart: ao longo da via férrea o cenário de guerra no pós- remoções.

04 de fevereiro de 2014. Acervo LTM. Foto: Jorge Castro



Um cenário de guerra decorrente de política pública que deveria melhorar a qualidade de vida:  
à esquerda as casas abandonadas da Beira Rio e o descampado das remoções;  
à direita: ao longo da via férrea, no Parque João Goulart.

O lixo e entulho

O esgoto

Os vetores que proliferam

Mobilidade impedida: para sair de casa e chegar

até os pontos de transporte público, como a estação, tem que passar pelo meio lixo e do esgoto.

04 de fevereiro de 2014. Acervo LTM. Fotos: Jorge Castro

## ESGOTO A CÉU ABERTO NA RUA SÃO JOSÉ E ADJACÊNCIAS



Rua São José, Parque João Goulart. 04 de Fevereiro, 2014. Acervo LTM. Fotos: Anastácia dos Santos.

O esgoto que corre a céu aberto e continuamente jorrando. Moradores dizem que tem muito rato.

A passagem na Rua São José só é possível porque as pessoas colocam pedras e pedaços de madeira sobre o esgoto.

O nível do esgoto no beco sobe quando alguém abre a torneira ou dá descarga. O esgoto entra por baixo das casas.

Moradores relatam que compram água para beber, porque a visão cotidiana do esgoto tira a pouca confiança na qualidade da água da CEDAE, e que o custo do galão de água pesa no orçamento familiar.

A situação da Rua São José é indigna, é dramática. O esgoto a céu aberto em que as pessoas não podem passar sem se sujar, sem sentir o mau cheiro; a falta de energia elétrica; a falta de luz do sol para quem mora no térreo; é desumano.

O esgoto, os ratos e baratas que se proliferam: pelo menos duas pessoas se acidentaram recentemente. Uma delas adoeceu gravemente por conta de uma doença de pele.

Falta de energia elétrica: desde dezembro só com uma fase; a Light diz que não vai consertar porque a rua não existe. Essa afirmativa reforça as incertezas em que vivem os moradores; que também ouvem falar que a Rua São José vai acabar.

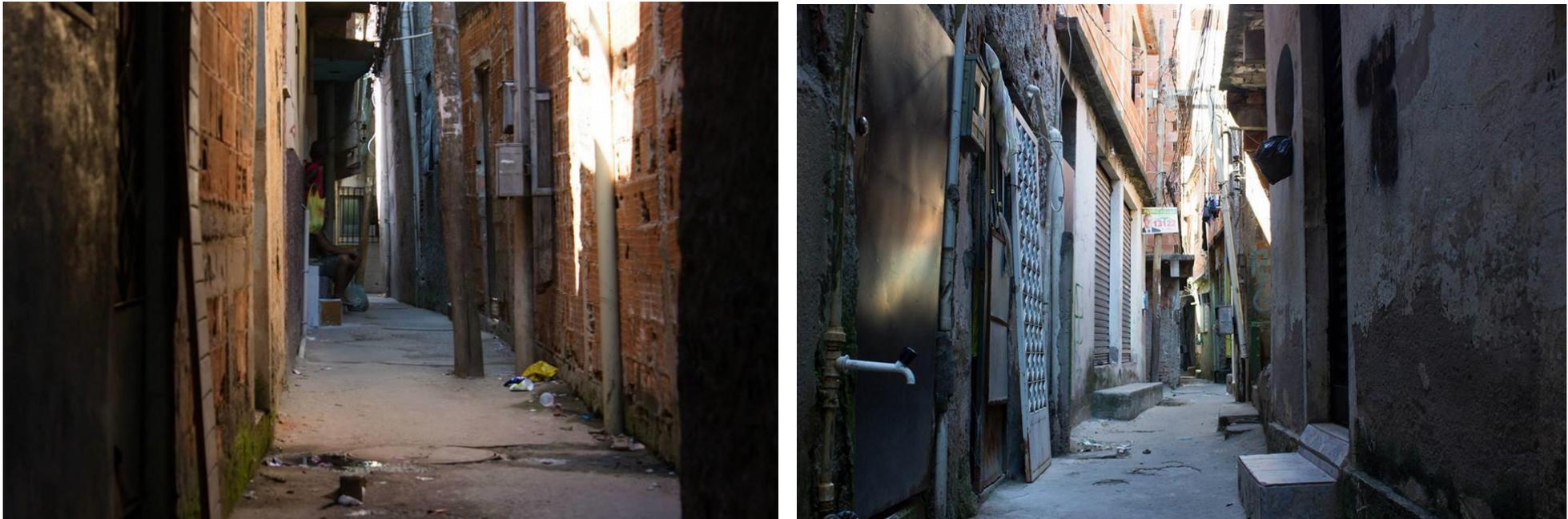


© Anastácia Santos



Rua São José, Parque João Goulart. 04 de Fevereiro, 2014. Acervo LTM. Fotos: Anastácia dos Santos e Marize Cunha.

## REMOÇÕES NA VILA TURISMO: VIVENDO NA INCERTEZA



Rua Alegria e Rua Marques: casas sobre o valão, que estão para serem removidas. 29 de Janeiro, 2014. Acervo LTM. Fotos: Anastácia dos Santos.

Rua Alegria: tem casas com frente para esta rua e casas com frente para a Rua Marques, paralela a esta. Todas estão marcadas para remoção.

Justificativa da prefeitura para a remoção: área de risco por estarem sobre o valão. Moradores calculam que tem umas 100 casas nesta área de remoção.

Por conta do marca-desmarca das casas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH): incertezas, insegurança e estresse dos moradores das casas marcadas; uma moradora idosa entrou em depressão e não quer mais sair de casa.

Valores das indenizações propostos pela SMH não são aceitos pelos moradores; um dos motivos é porque não conseguem comprar outra casa na qualidade da atual, na Vila Turismo ou nas proximidades.

A SMH propôs realocação para Matadouro, que fica além de Santa Cruz, os moradores não aceitaram.

A obra do PAC no rio Faria-Timbó (fotos página 14) está represando a água da chuva no rio e agora alaga e ocorre enchente nesta área do valão, que antes não acontecia.

**TRAVESSA KÍNDIA - VILA TURISMO: DEMOLIÇÃO/REMOÇÃO, NÃO PREVISTAS, DEVIDO A PROBLEMAS NAS OBRAS DO PAC.**



Travessa Kindia, em 2013. De acordo com os relatos dos moradores, durante as obras de esgotamento sanitário, a escavação das valas para colocação das manilhas de PVC provocou movimentos do solo e comprometeu as bases dos prédios, levando ao comprometimento da estrutura dos mesmos. Tratando-se de terreno muito instável, fato não observado pelos engenheiros da empreiteira que realizou a obra, o processo resultou em rachaduras e inclinação das casas. Isso resultou na demolição dos prédios pela prefeitura, deixando dezenas de famílias desabrigadas e à custa do programa aluguel social. Travessa Kindia. Março, 2013. Acervo LTM. Fotos: Marize Cunha



A própria obra do PAC produziu o risco e fez com que 20 famílias tivessem que deixar suas casas emergencialmente.

Janeiro de 2014: a área continua abandonada pós-remoção e ninguém sabe o que será feito lá. Lixo e entulho acumulado.

Travessa Kíndia. 29 de Janeiro, 2014. Acervo LTM. Fotos: Anastácia dos Santos

## BEIRA RIO: RESISTÊNCIA DOS QUE PERMANECEM. FEVEREIRO DE 2014.



Moradores permanecem, mesmo sob os escombros, no meio do entulho e lixo, por diversas razões:

- Não aceitam os baixos valores de indenização
- Não querem sofrer o que dona Claudia está sofrendo, por ter mudado para uma casa na Rua São José em condições degradantes com relação à sua condição anterior de moradia na Beira Rio
- Não aceitam ser realocados para lugares distantes, como Matadouro em Santa Cruz, Campo Grande, etc.

## OBRAS CONCLUÍDAS: PIORA DAS ENCHENTES, ALAGAMENTOS E FALTA D'ÁGUA



Parque João Goulart. Pós-chuvas em 11/12/ 2013. Acervo LTM. Foto: Fabiana M. Sousa



Obras do PAC sobre o rio Faria-Timbó. 04/02/2014. Acervo LTM. Fotos: Jorge Castro

O PAC fez uma estrutura de concreto - vigas horizontais - sobre o rio Faria-Timbó. Após estas obras as enchentes pioraram. As vigas tornam-se pontos de retenção de lixo. Em períodos de chuvas fortes ocorre mais rapidamente o transbordamento do rio.

O rio alcança níveis mais elevados e se estende para áreas como a Vila Turismo, aonde antes não chegava.

As obras de saneamento do PAC canalizaram o esgoto para os rios Faria-Timbó e Jacaré. Não há ligação com as estações de tratamento, provocando mau cheiro diário em toda a área.



Rua Sami Jorge, Vila Turismo: obras do PAC para drenagem pluvial e pavimentação.

A obra provocou rachaduras das paredes das casas, inclusive queda de muro. As casas nesta parte da rua deslocaram-se muito com a obra por causa da água no buraco da obra.

21 de fevereiro 2014.  
Acervo LTM. Foto: Anastácia dos Santos



Bar do Seu Claudio, na Rua Sami Jorge.  
Contíguo à casa da página anterior.

A obra provocou rachaduras no bar. Abriu um vão  
de uns 15 cm. O pedreiro do PAC fez um “gancho”  
e deu um jeito.

21 de fevereiro 2014. Acervo LTM. Foto: Anastácia  
dos Santos



Rua Sami Jorge, onde as obras do PAC para drenagem pluvial e pavimentação provocaram:

- Estreitamento da rua: antes passavam dois carros e agora só passa um. Segundo moradores, foi a empreiteira que fez a rua mais estreita, embora a engenheira da obra tenha projetado para dois carros.
  - A elevação desta rua pelas obras provoca inundação da Rua da Bica, quando chove, o que antes não acontecia.
- Sobre a drenagem: morador relata que o diâmetro da tubulação não dá conta. Em frente ao bar do Seu Claudio agora acumula água, virando uma grande bacia.

## DSUP – AS OBRAS DO PAC E A FALTA RECORRENTE DE ÁGUA



Prédios de apartamentos. Ao fundo a torre da caixa d'água junto à cisterna. À direita Praça e Biblioteca Parque. Acervo LTM. Fevereiro 2010. Foto: Consuelo Nascimento.

Complexo do DSUP construído pelo PAC comporta: o conjunto habitacional do DSUP com 416 apartamentos e diversos equipamentos sociais: Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, Biblioteca Parque Manguinhos, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Clínica da Família Vítor Valla, Casa da Mulher, Centro de Referência da Juventude e a Casa do Trabalhador.

Todo esse complexo de edificações tem uma única cisterna, construída pelo antigo DSUP, fundado em 1914.

Moradores informam que a bomba d'água instalada, chamada bomba Ícaro Moreno, é subdimensionada. Agrava o problema porque a cisterna não recebe água da CEDAE com a devida regularidade. A bomba funciona três meses e quebra, e o conserto vem sendo custeado pelos moradores.

Mesmo tendo sido levado o problema à EMOP inúmeras vezes, nada foi feito. Moradores se defendem da falta d'água em suas casas, fazendo um "gato" no cano principal de entrada no prédio; instala uma bomba para "puxar" o pouco da água do cano/cisterna cada apartamento.

Outro problema sério é que não há controle da cisterna, a tampa é franqueada a quem quiser abrir. Algumas pessoas retiram água diretamente dela, outros entram para consertar a bomba, etc. Com isso entra sujeira.

A Biblioteca Parque, o Colégio, as unidades de saúde e outros equipamentos sociais, já tiveram que suspender suas atividades por falta d'água.



Cisterna que abastece o complexo do DSUP. Acervo LTM. 18/02/14. Fotos: Fatima Pivetta

## DA BEIRA RIO À RUA SÃO JOSÉ: A HISTÓRIA DE UMA VIDA, O DESESPERO E A LUTA. UM CASO COMO TANTOS OUTROS.

Encontramos Claudia quando passávamos pela Rua São José e nas vielas de seu entorno, observando a situação das casas e do saneamento. A moradora nos chamou para mostrar a parte da Rua São José, onde ela mora, e que se encontra em estado ainda pior do que outros trechos. Contou-nos de todo o transtorno que vem passando tendo em vista as condições de esgotamento da rua, destacando o agravo da situação dos moradores em função da falta de luz. Desde dezembro, falta luz no trecho aonde mora. Nos diz que a Light chega, observa o estado da rua e vai embora, sem nada fazer. “A gente até entende. Como eles vão trocar o poste de luz, com a rua deste jeito?”, diz ela.

Em seguida, nos convida a entrar em sua casa. Mas para fazê-lo, precisamos dar a volta, pois é impossível seguir pelo lado da rua onde nos encontrávamos. O outro lado deste trecho da Rua São José também se encontra em estado dramático. São as pedras e tábuas, colocadas pelos moradores, que nos permitem passar, pulando de pedra em tábua e vice-versa.

A casa de Claudia é bem cuidada e ela faz questão de nos mostrar isso, enquanto conta que morava há 44 anos numa boa casa na Beira Rio, ao longo da Via Férrea, mas que foi removida e sua moradia demolida.

Mudou-se para a Rua São José, pelo processo de compra assistida pelo PAC, acreditando que estaria bem instalada, pois na época em que foi para lá o local não tinha problemas. No entanto, agora, mesmo vivendo em uma casa que ela considera boa, está mergulhada em uma situação dramática. Cotidianamente encaminha suas reclamações, a fim de resolver o problema do esgoto e da luz. Por conta das reclamações faltou tanto a seu trabalho como cuidadora que acabou por ser demitida. Quando a encontramos, havia perdido o emprego no dia anterior. Diante de toda esta situação, a hipertensão, da qual sofre, está fora do controle.

Apresentamos aqui o caso de Claudia porque ele é significativo da situação dramática de muitos moradores de Manguinhos. Há muitos outros. Aliás, há vários casos de pessoas que adoeceram em função da situação de pressão causada pela remoção ou da depressão provocada pela mudança de moradia. Há casos também de pessoas que se mudaram e acabaram ficando em piores condições. A trajetória de Claudia, e sua situação atual, acumulam várias dimensões causadas pelos impactos das obras: remoção, problemas de saneamento, de mobilidade, e o impacto de todas estas questões em seu cotidiano, em seu trabalho e em sua saúde. O caso de Claudia nos mostra que o PAC não pode trazer desenvolvimento se rebaixa as condições de vida dos moradores e os fazem perder sua dignidade como seres humanos.

No caminho para a casa de Claudia. 04/02/14. Acervo LTM. Foto: Marize Cunha.



## RESPOSTAS PARA AS URGÊNCIAS DO PAC MANGUINHOS

As respostas a estas urgências estão no plano da **responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal** na execução de políticas e programas que respeitem a dignidade das pessoas e os direitos humanos e sociais de todos os moradores, em particular, para que garantam as condições sanitárias da região.

As urgências aqui relatadas exigem respostas imediatas do Estado em relação a vários problemas: as casas em risco de desabamento, como a casa da Jô e da esquina da rua São José com a rua Cambuci; o esgoto nas ruas e vielas por onde passou o PAC, e anteriormente outras políticas públicas como o PROSANEAR, na década de 1990; as remoções de famílias sem consideração dos critérios definidos no programa e sem justificativa técnica, com o absurdo da realocação de pessoas em áreas de onde serão também removidas (caso de Cláudia da Rua São Jose e de tantos outros anônimos); a ausência de serviços básicos como luz e água em áreas com intervenções concluídas e em andamento; a produção de entulho e lixo das obras causando proliferação de vetores. Todo este conjunto de urgências produz um quadro de desesperança e descrença no presente e no futuro, tanto para os jovens como para os idosos, e reproduz as condições políticas e sociais que o próprio programa procurou superar, pelo menos na sua formulação.

Na busca das respostas a estas urgências deve-se questionar o Trabalho Social do PAC em Manguinhos, com a reorientação das práticas para garantia dos direitos dos moradores previstos em leis. Não é aceitável que pessoas sejam retiradas de condições de moradia em que elas se sentiam confortáveis e sejam conduzidas para a compra de uma casa em local com péssimas condições, levando-as ao adoecimento e à perda de emprego, de laços familiares e até a morte.

No caso exemplar de Dona Claudia cabe alguns questionamentos:

- a) Os valores da indenização da casa da Dona Claudia na Beira Rio não permitiam manter o mesmo padrão de moradia?
- b) Por que os técnicos que orientaram na compra assistida não alertaram para os problemas que poderia enfrentar?
- c) Estes técnicos tinham conhecimento das péssimas condições da Rua São José, para onde a encaminharam na compra assistida?
- d) Estes técnicos tinham conhecimento que aquela era uma área de remoção? Caso não, por que? Caso sim, por que não informaram Dona Cláudia?

O direito à informação é um direito previsto em lei não respeitado pelos agentes operadores do PAC no caso de Manguinhos, mas também em outras favelas do Rio de Janeiro por onde o PAC passou. Os moradores não são informados sobre o que vai acontecer com sua casa, na sua rua, etc, com a devida antecedência e respeito. E quando são esta informação é feita de modo rápido e incompleto, não respeitando os processos de assimilação das pessoas. Isso ocorre quando as pessoas são informadas que precisam decidir, no prazo de uma semana, se optam pelo aluguel social, compra assistida ou indenização. Isto, quando existem estas três opções; ou ainda quando é dado ao morador o prazo de um mês para deixar sua casa, a ser demolida, sem se preocupar para onde vão, se existem casas nas proximidades para comprar ou alugar.

Isto é, os agentes do Estado estão desrespeitando as leis que o próprio Estado deveria cumprir de forma exemplar para garantir os direitos humanos fundamentais dos moradores de Manguinhos.

Por fim, mas não menos importante, cabe o questionamento sobre as **responsabilidades das empreiteiras e consórcios** que vencem as licitações para a execução das obras. As respostas às urgências devem considerar:

1. O uso de técnicas e equipamentos que sejam adequados às situações e que garantam a segurança das casas e dos moradores: no caso de retirada de casas deveriam ser adotadas máquinas leves ou mesmo outras técnicas, que não abalassem as casas que permaneceram, não produzissem ruídos excessivos, etc.
2. A retirada imediata dos entulhos de obras para evitar acúmulo e reprodução de lixos, não dificultando dessa forma o trânsito dos moradores em seus movimentos cotidianos, isto é, a mobilidade.
3. Principalmente, exigir a qualidade dos materiais e obras. Não é admissível refazer uma rua, no caso a Sami Jorge, em pista única quando anteriormente eram duas pistas; tampouco que as bitolas das tubulações de esgoto e águas pluviais sejam inadequadas; ou que as instalações de esgoto em desnível provoquem refluxos, mantendo aquela situação de esgoto a céu aberto permanente, em particular no Parque João Goulart. O PROSANEAR já tinha cometido esses erros, todos sabem. Pensava-se que no PAC seria diferente.

Os problemas apresentados formam um quadro de calamidade pública para as populações atingidas justamente por uma política pública elaborada com a finalidade de melhorar sua qualidade de vida. Reconhecê-los e solucioná-los é vital para que a saúde pública, a dignidade e os direitos humanos fundamentais sejam respeitados.

A fala de um morador resume bem o que o PAC está sendo para Manguinhos: *“... até agora só estou vendo demolição. De um lado o Estado é dono das obras de outro a Prefeitura, mas no meio ninguém é dono...”* ( Morador do Parque João Goulart).

Esse meio a que o morador se refere, não diz respeito apenas ao espaço geográfico da favela, mas a garantia das promessas de obras de qualidade, de respeito às normas e leis e principalmente, da participação dos moradores nas decisões que dizem respeito às suas vidas e aos lugares onde moram. Enfim, ao conjunto da implementação do PAC enquanto política pública humanizadora da cidade.

Em agosto de 2008, logo após a inauguração do PAC Manguinhos, escrevíamos que o PAC Manguinhos tinha a marca da Promessa, da Desconfiança e da Esperança, tudo junto e misturado (disponível em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/PACboletimCESTEHfinal\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/PACboletimCESTEHfinal_0.pdf)).

Este relato mostra que o PAC cumpriu com poucas das suas promessas e que as esperanças foram traídas, o que se manifesta nas palavras de uma moradora do CHP2, que vive há mais de cinquenta anos em Manguinhos, participante dos movimentos sociais e membro de conselhos locais, e que nos acompanha nos trabalhos de campo: quando perguntamos quais eram as principais necessidades colocadas pelos moradores hoje, sua resposta: “O que as pessoas querem, necessitam, é sair daqui. Ninguém agüenta mais. Não temos mais esperanças”. Esta voz não está só.

A maior parte dessa desesperança vem da impotência de ver que suas lutas cotidianas para sobreviver individualmente com seu trabalho, da sua luta cotidiana nos fóruns coletivos, não foram suficientes para mudar as condições de vida de inúmeras pessoas. A fala da moradora parece indicar que as formas clientelistas de se fazer política são as mesmas, os privilégios daqueles que pactuaram e pactuam com o poder continuam mantidos.

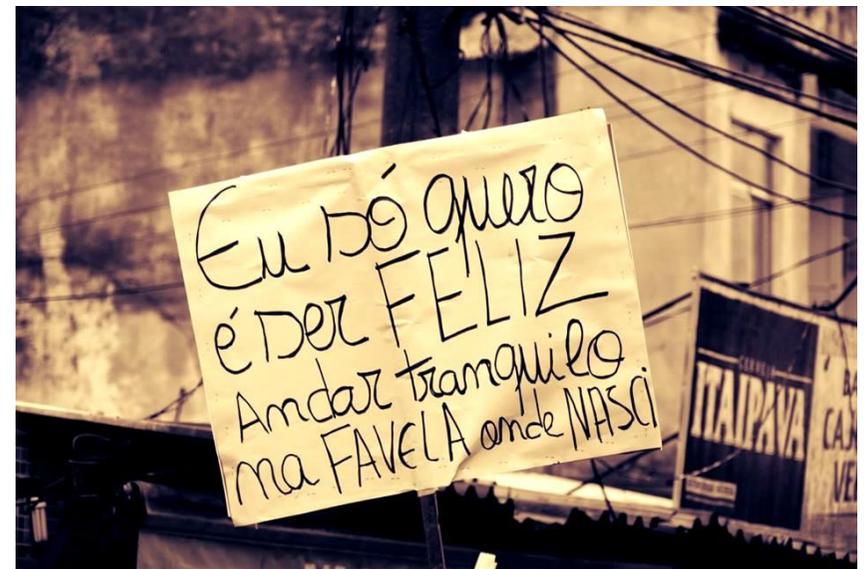


Foto: Daniela Fi



## No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma  
pedra  
Tinha uma pedra no meio do  
caminho  
Tinha uma pedra  
No meio do caminho tinha uma  
pedra.

Nunca me esquecerei desse  
acontecimento  
Na vida de minhas retinas tão  
fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio  
do caminho  
Tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do  
caminho  
No meio do caminho tinha uma  
pedra.

Carlos Drummond de Andrade

© Anastácia Santos